

INTERDISCIPLINARIDADE, HISTÓRIA E VERDADE EM PAUL RICOEUR

Luciana Lacerda de Carvalho¹

RESUMO: Trata-se de um trabalho que tem como objetivo relacionar o conceito de interdisciplinaridade à filosofia de Paul Ricoeur, descrita em sua obra História e Verdade. É uma análise de ensaios reunidos pelo filósofo, que procuram refletir sobre a significação da atividade histórica e o movimento da civilização; desta análise, procuramos identificar as práticas interdisciplinares presentes nos textos selecionados.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, filosofia, Paul Ricoeur

Introdução

Este artigo tem como tema a interdisciplinaridade e a filosofia de Paul Ricoeur, no que diz respeito à relação história e verdade, tendo, como obra base, seu livro História e Verdade, publicado em 1955 e traduzido para a língua portuguesa, no Brasil, em 1968.

O objetivo é demonstrar a relação interdisciplinar nas reflexões do autor, especificamente, nos seguintes capítulos: Prefácio, Primeira Parte – Verdade no conhecimento da história (Perspectivas críticas), Segunda Parte – Verdade na ação histórica (Palavra e *praxis* e A questão do poder). A abordagem do tema se deu com a ajuda de obras relacionadas à prática interdisciplinar, cujos textos auxiliaram no desenvolvimento do tema.

Trata-se de um artigo de revisão, dividido em 4 partes: a primeira trata do conceito de interdisciplinaridade; a segunda, um breve resumo da obra de Ricoeur estudada; a terceira, a relação entre os textos indicados e a prática interdisciplinar; por último, as conclusões a respeito do trabalho.

Esperamos que este artigo seja relevante para as Ciências Humanas, especialmente, no que se refere à práxis interdisciplinar.

¹ Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Interdisciplinaridade: conceito e delimitação

Em se tratando de interdisciplinaridade, muitos são os conceitos que tentam defini-la, a maioria, contudo, sem conseguir diferenciá-la de outros tipos de processos disciplinares. Essa aparente confusão quanto à definição acaba por suscitar dois problemas: o primeiro torná-la por demais generalizada; já o segundo poderia lhe exigir mais do que lhe caberia. Faz-se necessário, portanto, fazer esta distinção e a devida conceituação, para que não haja dúvidas quanto ao que realmente se trata de matéria interdisciplinar.

Nicolescu, em seus estudos sobre o tema, concluiu que estamos no período do “big bang disciplinar e da especialização exagerada” (1999, p.10). Isso significa que a preocupação exacerbada de cada estudioso com sua própria área acaba por não estimular o compartilhamento dos saberes, de forma que estes tragam contribuições mútuas, e não apenas ao seu próprio campo. As especialidades, sozinhas, pouco acrescentam e não suprem a necessidade de integração dos conhecimentos dentro de uma sociedade.

Um dos maiores desafios de nossa época, como por exemplo os desafios de ordem ética, exigem competências cada vez maiores. Mas a soma dos melhores especialistas em suas especialidades não consegue gerar senão uma incompetência generalizada, pois a soma das competências não é a competência: no plano técnico, a intercessão entre os diferentes campos do saber é um conjunto vazio. Ora, o que vem a ser um líder, individual ou coletivo, senão aquele que é capaz de levar em conta todos os dados do problema que examina? (NICOLESCU, 1999, p. 10)

A busca por essa integração, essa troca de saberes, fez surgirem tentativas de ligação, de diálogo entre as disciplinas, como a pluri, a inter e, até mesmo, a transdisciplinaridade.

A pluri ou multidisciplinaridade “diz respeito ao estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas ao mesmo tempo” (NICOLESCU, 1999, p. 10). Contudo, apesar de contar com o auxílio de outros conteúdos, qualquer tipo de acréscimo ou aprofundamento gerado fica restrito apenas à disciplina a que pertence o objeto.

Já a interdisciplinaridade é um processo de mútua cooperação:

A interdisciplinaridade supõe um diálogo e uma troca de conhecimentos, de análises, de métodos entre duas ou mais disciplinas. Ela implica que haja interações e um enriquecimento mútuo entre vários especialistas (...) A interdisciplinaridade pressupõe dois ou mais elementos em relação. (PAULA, 2010, p. 28)

Não se trata aqui de um ajuntamento de disciplinas para determinada finalidade e, quando esta é alcançada, cada uma daquelas se retira ao seu campo de conhecimento sem nada levar em troca. O trabalho interdisciplinar produz interação, reciprocidade. Contudo, não pode ser confundido com a transdisciplinaridade: “O modo transdisciplinar é a idealização de um sonho, onde os sujeitos abandonam seus pontos de vista particulares de cada disciplina para produzirem um saber autônomo, de onde resultariam novos objetos e novos métodos” (PAULA, 2010, p. 29).

Portanto, a interdisciplinaridade é um processo de diálogo, de compartilhamento de saberes, de métodos, um relacionamento real entre dois ou mais campos do saber.

História e verdade, de Paul Ricoeur

“A palavra é o meu reino”, disse o filósofo Paul Ricoeur no prefácio de sua obra, intitulada História e Verdade, cuja primeira edição data do ano de 1955, com tradução brasileira lançada em 1968. Trata-se de um agrupamento de ensaios que, segundo o próprio autor, foram “escritos de ocasião”, ou seja, não objetivavam o encadeamento para formação de um livro. Contudo, por sua autocrítica, foi-lhe possível juntá-los e dividi-los em dois polos: um trata do método; o outro, da ética. É, sobretudo, um trabalho de intensa reflexão, não só da história, do seu fazer, da filosofia, da verdade, mas, também, da própria civilização, da responsabilidade, da prática do poder, da busca pela unidade. Segundo o autor:

Recuso-me enêrgicamente (*sic*) a dissociar a elucidação dos conceitos diretores segundo os quais procuramos pensar na linha da verdade nossa inserção na história, da preocupação de intervir ativamente na crise de nossa civilização, por um testemunho na linha da verdade, da força (*sic*) e da eficácia da reflexão. (RICOEUR, 1968, p. 8)

Traremos, a seguir, um breve resumo dos dois polos em que foram divididos os ensaios, exclusivamente dos textos selecionados e indicados na introdução deste

artigo, para, posteriormente, relacionar a filosofia de Ricoeur, e sua história verdade, à interdisciplinaridade.

O polo metodológico: a significação da atividade histórica

Para esta primeira parte do livro, Ricoeur revela o percurso que foi percorrido durante a reflexão: “da objetividade da história à subjetividade do historiador; de uma e de outra à subjetividade filosófica” (1968, p.24). Isso significa que o estudo buscou analisar o ofício do historiador sob o aspecto metodológico do registro histórico, e como esse trabalho reflete no mister filosófico.

Ao analisarmos o ofício do historiador, esperamos que este nos entregue um trabalho de cunho objetivo, que é o que se espera das ciências. Objetividade aqui deve ser entendida como elaboração do pensamento metódico, de modo ordenado, com a finalidade de fazer compreender. Mas não podemos dizer que a objetividade da história seja igual à das ciências exatas, já que, segundo o próprio autor, “há tantos níveis de objetividade quantos procedimentos metódicos” (RICOEUR, 1968, p. 24). Isso porque se espera do historiador uma subjetividade necessária à objetividade da própria história.

A subjetividade exigida do historiador é aquela que tenta suprir ou intervir no que Ricoeur chama de objetividade incompleta da história. E essa subjetividade do historiador, a boa subjetividade, deve ser diferenciada da má subjetividade. A boa subjetividade é a subjetividade científica, pesquisadora, com maior riqueza de harmônicos que a subjetividade das ciências exatas e oposta ao que chamamos de má subjetividade, com seus preconceitos, pré-julgamentos, passionalidade e depreciações.

O historiador vai ter com os homens do passado com sua experiência humana própria. O momento em que a subjetividade do historiador assume relêvo (*sic*) digno de nota é aquele (*sic*) em que, superada toda (*sic*) cronologia crítica, faz a história surgir os valores (*sic*) da vida dos homens de outrora. (RICOEUR, 1968, p. 32)

A boa subjetividade do historiador, segundo Ricoeur, é separada da má subjetividade pela objetividade da história, que de lógica, passa a ser ética, responsável. E, se há uma boa e má objetividade da história, há uma necessidade de reflexão, por isso, teríamos o “término da história dos historiadores no ato filosófico”

(p.36). Temos, por conseguinte, o ofício do filósofo, a história da filosofia, composta, conforme o autor, por uma ação de retomada. Segundo ele:

O filósofo faz à história (a dos historiadores) um certo tipo de pergunta que manifesta “a escolha do filósofo”, no sentido em que há pouco falávamos da “escolha do historiador”. Versam estas questões sobre (*sic*) a emergência dos valores (*sic*) de conhecimento, de ação, de vida e de existência através das sociedades humanas. (RICOEUR, 1968, p. 39)

O polo ético: movimento civilizatório

Neste segundo momento, temos a reflexão do filósofo quanto a questões relacionadas à verdade, unidade, ética, poder e violência. Não que não as tivéssemos na primeira parte, mas, como o próprio autor informou no prefácio à obra, os dois segmentos (metodológico e ético) estão unidos, mas a proporção com que os temas são tratados apenas se inverte.

A questão da noção verdade é um problema que a humanidade enfrenta, sendo ao mesmo tempo, “o intento da razão e uma primeira violência” (p. 168). O autor afirma ainda que a essa gana de unificar a verdade é proveniente de dois poderes, a saber: o espiritual e o temporal. O anseio do homem por coerência e continuidade acaba por tornar aceitáveis a verdade relativa ou a mentira, ainda que por meios totalitários ou violentos.

Na diferenciação das ordens de verdade, o filósofo destaca o plano científico e o ético. Sobre a verdade científica, ele declara:

A ciência nunca está ali senão como “práxis” (...), uma “práxis teórica” (...) constituída pela decisão de afastar toda (*sic*) preocupação afetiva, utilitária, política, estética, religiosa e pela decisão de só considerar verdadeiro o que atender ao critério do método científico em geral e da metodologia particular de tal ou qual disciplina. (RICOEUR, 1968, p. 171)

Ao citar o homem como objeto de ciência e como sujeito de cultura (p. 171), Ricoeur afirma surgir um novo plano de verdade, referente à práxis total do homem, que seria o plano da ética. Sobre esse, ele diz:

A extensão da verdade científica engloba o homem como uma porção de objetos, mas as responsabilidades que essa verdade científica põe em jogo atestam que o ato científico se acha englobado no conjunto dos atos do homem responsável, na figura global da *praxis (sic)* humana.

Mais que qualquer progresso científico, essa conquista traz de volta o homem à sua condição e o reabsorve nas coisas; mas por outro lado, mais que qualquer progresso científico envolve ela uma questão ética virtual: que faremos de tal poderio sobre (*sic*) a vida e sobre (*sic*) o homem.

(...) a verdade ética é a resposta do homem ao progresso de seu saber, que a verdade ética, para dizer tudo, a própria vigilância de tal homem, no coração do mundo que lhe chega à percepção, no meio dos demais homens (RICOEUR, 1968, p. 175).

Em Trabalho e Palavra, Ricoeur trata da exaltação exacerbada do trabalho, em detrimento da contemplação humana. Ou seja, o trabalho acabaria por asfixiar a palavra ou transformá-la em mais uma manifestação sua, como afirma:

A essa altura, designa o trabalho toda (*sic*) a condição encarnada do homem, pois que nada existe que o homem não opere por uma atividade laboriosa; nada há de humano que não seja *praxis* (*sic*); se, além disso, se considera que o ser do homem é idêntico à sua própria atividade, é preciso convir que o homem é trabalho. (RICOEUR, 1968, p. 202)

Em contrapartida, ele, após reflexões, enuncia o poderio da palavra e o serviço que esta presta ao trabalho:

Uma civilização não se mantém em movimento senão quando assume todos os riscos da palavra e institui o direito ao erro (*sic*) como função política indispensável. Esse risco da palavra é o preço que uma civilização do trabalho deve pagar pelo serviço que a palavra presta ao trabalho. (RICOEUR, 1968, p. 221)

Em relação ao poder, somos levados a refletir sobre a questão da violência, presente na história. “É esse terrível que faz a história” (p. 230). E se a história é a história dos homens, estes estão destilando violência de suas consciências, plenos que disso depende a paz. “Pois é exatamente a história, e não a pureza de nossas intenções, é o que tivermos feito a outrem, que rematará o sentido daquilo que havíamos desejado.” (RICOEUR, 1968, p. 226).

Quanto ao poder do Estado, sua responsabilidade e culpabilidade na violência, diante da passividade de muitos, somos todos igualmente culpados e responsáveis:

A história do homem parece então identificar-se à história do poder violento; na situação-limite, não é mais a instituição que legitima a violência, é a violência que gera a instituição, redistribuindo o poder entre os Estados, entre as classes. (RICOEUR, 1968, p. 245)

A filosofia ricoeuriana e a prática interdisciplinar

Recordemo-nos dos conceitos outrora citados com relação à interdisciplinaridade: diálogo, troca, enriquecimento mútuo (PAULA, 2010, p. 28); transferência, que gera novos conhecimentos, novas análises e, até mesmo, novas disciplinas (NICOLESCU, 1999, p. 11). Baseados nesses conceitos, a análise da prática interdisciplinar em Ricoeur foi dividida nos subtítulos que se seguem.

Interdisciplinaridade em grau epistemológico

No início de suas perspectivas críticas, Ricoeur esclarece que o problema proposto “permite retomar desde os fundamentos as questões propriamente pedagógicas de coordenação das disciplinas de ensino (...)” (p. 23). E qual seria o problema em questão? A leitura do prefácio, mais uma vez, nos esclarece que a problemática situa-se em relação à verdade limitada da história dos historiadores, na tarefa de compor uma história da filosofia, na busca pela verdade (p. 10). Mas, como tratar desse tema, inicialmente, para se chegar a alguma conclusão com respeito ao mister filosófico?

Para o autor, se o problema perpassa a história, o caminho deve ser iniciado pelo entendimento do que seria o ofício do historiador que escreve a história; entender a metodologia utilizada pelos historiadores em seu trabalho. Para isso, o filósofo recorre a quem pode lhe oferecer essa resposta: a própria história. “É-nos, pois, necessário ouvir, em primeiro lugar, o historiador, quando reflete sobre o seu mister (...) (RICOEUR, 1968, p. 25). Por meio do estudo da obra de Marc Bloch², *Apologie pour l’histoire*, ele inicia sua reflexão:

Devemos ser gratos a Marc Bloch por ter chamado “observação” a redescoberta do passado pelo historiador: retomando a expressão de Simiand³, que chamava a história um “conhecimento pelos vestígios”, mostra ele (*sic*) que essa aparente servidão do historiador de não se achar jamais em face de seu objeto passado, mas diante do respetivo vestígio, de modo algum desqualifica a história como ciência(...) (RICOEUR, 1968, p. 25)

² Marc Bloch foi um historiador francês e um dos fundadores da Escola dos Annales.
<<http://historiografiaeteoriadahistoria.blogspot.com.br/2009/09/marc-bloch-e-as-bases-para-uma-nova.html>>

³ François Simiand: sociólogo e economista francês
<<http://metodosdahistoria.blogspot.com.br/2010/11/escola-dos-annaes.html>>

Quando a transferência de métodos entre as disciplinas gera uma análise interessante no campo epistemológico de uma ou ambas, temos interdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999, p. 11). Isto porque, ao longo de suas colocações, tratando do método do historiador, pode-se verificar que uma disciplina pode se beneficiar de algo advindo da outra e vice-versa. Se consideramos o ganho da filosofia com a história dos historiadores:

Eis a palavra suprema: o sentido. Pela história procuro justificar o sentido da história “da” consciência (...) Espera o filósofo que uma certa coincidência da vida “curta” do conhecimento de si mesmo e da voz “longa” da história o justifique. (RICOEUR, 1968, p.37).

E, apesar das supostas desconfianças do historiador da história, quanto à história da filosofia:

Mas, uma vez que se compreendeu que essa tal história é uma composição de segundo grau, que ela é uma ato de responsabilidade filosófica, e não um dado da história dos historiadores, e muito menos uma realidade absoluta, uma história em si, não se pode ver qual a objeção que o historiador de profissão ainda poderá fazer a semelhante empresa (sic). (RICOEUR, 1968, p. 39)

A história dos historiadores não é mais engolida por essa história significativa. É ao contrário sempre pressuposta como a grande matriz das atitudes que o filósofo retoma. Mais ainda, não contente de nutrir a história da filosofia, é a história dos historiadores uma permanente advertência contra os riscos de semelhante empresa (sic); lá está ela a recordar ao filósofo racionalista a importância daquilo que êle (sic) despreza, daquilo que êle (sic) se recusa a tematizar exatamente por causa de sua “opção de filósofo” racionalista; a história dos historiadores recorda ao filósofo sobre (sic) que contra-senso se baseia todo sentido. (RICOEUR, 1968, p. 40)

Se o filósofo necessita da história dos historiadores, acabando-a em si mesmo, na direção de uma lógica filosófica ou de um diálogo com filósofos e filosofias individualizadas (p. 36), temos as possíveis influências da filosofia sobre a história:

Essa dupla possibilidade de leitura filosófica é talvez instrutiva para o historiador de profissão; pois ela focaliza um paradoxo latente em toda (sic) a história, embora não venha a lume senão por essa retomada da história geral como uma história da consciência ou das consciências.(RICOEUR, 1968, p. 42)

E considerando a definição de história como a ciência dos homens do passado e o filósofo racionalista procura escrever uma história da consciência (p. 42):

Não é esse (*sic*) o único benefício que o historiador possa talvez extrair da retomada filosófica de seu próprio trabalho; não é ele (*sic*) apenas esclarecido demasiado tarde a respeito das ambiguidades inerentes a sua empresa (*sic*), mas também sobre sua intenção fundamental. Com efeito, o ato filosófico fez (*sic*) surgir o homem como consciência, como subjetividade; esse ato tem valor de advertência e talvez também de toque de chamada para o historiador. Lembra ao historiador que a justificação de sua empresa (*sic*) é o homem, o homem e os valores (*sic*) que este (*sic*) descobre ou elabora em suas civilizações. (RICOEUR, 1968, p. 44)

Interdisciplinaridade por troca de conhecimentos

Num segundo momento, o filósofo se depara com outra questão: distinguir a história da filosofia da sociologia do conhecimento. Para isso, necessário se fez ao autor recorrer novamente aos estudiosos de outra disciplina e procurar estabelecer os limites entre uma e outra. Baseado nas pesquisas de Scheler, Mannheim, Sorokin⁴, e outros, ele buscou entender a metodologia da sociologia do conhecimento, para, posteriormente, definir o espaço de cada uma:

(...) o interessante da sociologia do conhecimento é o método de verificação que ela aplica às correlações entre o “conhecimento” e a conjuntura social ou cultural; qualquer que seja a variável independente que serve de referência (...) a questão única é saber se a sociologia do conhecimento é capaz de transformar, por uma investigação metódica das correlações, suas hipóteses de trabalhos em leis empíricas(...) (RICOEUR, 1968, p. 63)

Para que haja interdisciplinaridade, é preciso diálogo e troca de experiências, conhecimentos (PAULA, 2010, p. 28). Dessa troca, possível foi, pelas reflexões de Ricoeur, delimitar as disciplinas, qual deveria ser o caminho de ambas:

Não por acidente, mas por uma questão de princípios, não pode a sociologia do conhecimento encontrar senão “gêneros comuns”, e não “essências singulares”. É aqui que a história da filosofia ultrapassa a sociologia do conhecimento; a compreensão exige que o filósofo historiador, abandonando toda (*sic*) “tipologia”, renunciando a visões panorâmicas sobre (*sic*) “correntes de pensamento”, se comunique de cada vez com uma obra singularizada; entendamos: não com a subjetividade do autor – o que seria livrar-se da sociologia para cair na psicologia – as com o sentido da obra, conforme sua coerência interna; é esse (*sic*) sentido da obra, com seu desenvolvimento próprio,

⁴ Teóricos da sociologia do conhecimento (RICOEUR, 1968, p. 62-63)

que constitui, para o historiador da filosofia uma essência singular. (1968, p. 64)

Interdisciplinaridade por aplicação

Já na segunda parte do livro, temos as reflexões relativas aos conceitos de verdade, unidade, palavra, trabalho e poder. No início, deparamo-nos com o filósofo procurando discernir o que de fato, seria a verdade, mas, para isso, ele deveria adentrar em campo diferente, que versaria sobre planos distintos: necessário se fez pois, chegar ao nível da ciência experimental, do fato científico, do método das ciências naturais:

Surge, pois, a verdade como algo que se vincula ao processo de verificação, isto é, às possibilidades instrumentais, à metodologia peculiar de determinada ciência (a qual determina uma fato como físico, químico, biológico, psicológico, etc.) e ao método experimental em geral. (RICOEUR, 1968, p. 170)

Conclui, que a verdade experimental, como sua primeira referência de verdade, não considera os outros planos de verdade não empíricos:

A ciência nunca está ali senão como “*praxis*” (*sic*) (...), uma “*praxis* (*sic*) teórica” (...) constituída pela decisão de afastar toda (*sic*) preocupação afetiva, utilitária, política, estética, religiosa e pela decisão de só considerar verdadeiro o que atender ao critério do método científico em geral e da metodologia particular de tal ou qual disciplina. (RICOEUR, 1968, p. 171)

Tem-se, nas ciências naturais, a objetividade dos fatos, sendo o próprio homem objeto da ciência, sem privilégios. Contudo, a ciência, segundo Ricoeur, “pressupõe uma atividade científica e um homem sujeito, portador e autor de tais atividades;” (p. 171) o sujeito do agir, coerente com sua práxis total, que faz surgir um novo plano de verdade: “é o próprio plano de uma ética, no sentido mais geral da palavra.” (p. 171)

Passando ao diálogo interdisciplinar, as ciências naturais, ao demonstrarem seu modelo de verdade por meio do método empírico, fizeram com que a filosofia se deparasse com “o fato de estarmos no mundo e com a consciência ética de nossa responsabilidade: com a verdade existencial e a verdade ética” (RICOEUR, 1968, p. 174). Portanto, a interação aqui permitiu surgimento de novo plano de verdade (NICOLESCU, 1999, p. 11).

Em outro exemplo, no capítulo Trabalho e Palavra, o filósofo propõe uma reflexão entre “fazer e dizer” e, diante de uma cultura dirigida para uma civilização do trabalho, em que “a palavra não tem senão dois objetos: o próprio trabalho e a ideologia do Estado que constrói o socialismo” (RICOEUR, 1964, p. 221), vê-se impellido a perscrutar a ciência da linguagem:

Mas a palavra não é somente (*sic*) imperativa: é tempo de afastarmos as restrições impostas à análise por uma ficção inteiramente pedagógica; desse modo, uma reflexão sobre (*sic*) a ora supositiva da linguagem já excedia o quadro da palavra imperativa. A palavra que quer dizer, que procura compreender e aspira compreender, é também palavra dubitativa, palavra optativa, palavra poética. (RICOEUR, 1964, p. 210)

Ao final da reflexão sobre o capítulo, ele compreende que a palavra é “a raiz de um projeto de civilização, e até mesmo do projeto de uma civilização do trabalho” (RICOEUR, 1968, p. 224). Conclui que toda civilização humana será, tanto do trabalho, quanto da palavra. Também, à palavra cabe tanto o dizer do passado, por meio do ofício do historiador, como o dizer reflexivo, no ofício do filósofo. A palavra permeia, constrói e é aplicável a todas as áreas. É a palavra que revoluciona (...) (p. 205).

Esse (*sic*) vácuo das significações está sem dúvida na origem da miséria da linguagem e da miséria da filosofia; mas faz antes de mais nada a grandeza da linguagem, pois é por esse (*sic*) vazio das significações que designam, mas não fazem, que a palavra articula e estrutura a ação. (RICOEUR, 1968, p. 209)

Mas isto quer antes de mais nada dizer que em nossa condição humana finita, temos necessidade tanto do trabalho quanto da palavra, para nos colocarmos na linha de uma palavra criadora que somos (RICOEUR, 1968, p. 224)

Interdisciplinaridade pela troca de análises

Como já dito anteriormente, o esforço de unificar o verdadeiro passa por dois poderes: o clerical e o temporal. Ainda na busca por essa verdade, no singular, como o filósofo diz, no caso do poder clerical, foi preciso dialogar com a teologia.

O sentido de unidade, de verdade traz segurança, e quando essa unidade coincide com a função de autoridade, tem ocasião a paixão pelo poder. Conforme o autor, “a primeira manifestação histórica dessa unificação violenta da verdade – ou pelo menos a primeira a ser por nós considerada, pois não se trata de examinar até

o fundo o problema do poder – acha-se vinculada à teologia (...) (RICOEUR, 1968, p. 180).

De acordo com o autor, a teologia é uma realidade de complexos planos de verdade. “A teologia é, por necessidade, um ato cultural a interferir com t^oda (*sic*) a vida cultural de um povo ou civilização.” (RICOEUR, 1968, p. 181). É a busca pela unidade por meio de conexões, um esforço de compreensão, em busca de totalidade. Já a filosofia, “com sua capacidade de suscitar questões sem fim, é o nervo da revolta” (p. 184).

Do trabalho entre as duas disciplinas, o autor depreende que:

(...)pode existir uma pregação indiferente à filosofia, mas não pode existir teologia sem referência filosófica, e essa referência não pode ser uma oposição nascente, ao menos de tipo metodológico (...) A teologia interfere com a cultura, não apenas pela sua maneira de compreender, mas por seu caráter de autoridade” (p. 182).

E ainda:

O filósofo e o teólogo anunciam cada qual algo de essencial, uma audácia da verdade e o outro a obediência à Verdade; mas talvez não seja possível achar-se cada qual de tal maneira curado a ponto de poder pronunciar autenticamente a verdade que lhe daria razão (RICOEUR, 1968, p. 185).

Sendo importante para ambas a busca pela verdade e, no caso da teologia, de uma unidade, continuam os afrontamentos e discussões entre as ciências, como o próprio Ricoeur diz: “o tempo continua a ser de debate, de discernimento e de paciência” (p. 186).

Considerações finais

História e verdade querem dizer antes de tudo: aquela história que ocorreu e que interessa ao ofício de historiador, prestar-se-á a um conhecimento da linha de verdade, de acôrd^o (*sic*) com os postulados e regras do pensamento objetivo postos em função nas ciências? (RICOEUR, 1968, p. 9)

Ricoeur recorreu a várias áreas de conhecimento para tentar achar suas respostas, indo ao início do problema para buscar as informações de que necessitava

para responder suas perguntas. E, nessas retomadas, de alguma forma, houve certa reciprocidade, seja na troca de conhecimento, seja no método, na análise.

Por meio da história, da análise do ofício do historiador, depreendeu-se que a subjetividade presente neste não inferioriza a disciplina em face das ciências naturais, isto porque a subjetividade, assim como a objetividade estão presentes em todas as ciências: “A subjetividade do historiador, como toda (*sic*) subjetividade científica, representa a vitória de uma boa subjetividade sobre (*sic*) uma má subjetividade” (RICOEUR, 1968, p. 33). A história dos historiadores termina no ato filosófico, a história da filosofia, da consciência, para a pesquisa da verdade, “êsse (*sic*) processo sem fim da pesquisa contemporânea e da compreensão das épocas pretéritas(...) (p. 56).

Com a nota sobre história da filosofia e sociologia do conhecimento, o filósofo estabelece as fronteiras entre as duas áreas, além de se fazer receptivo ao fato de a última ter pretensão em se tornar uma ciência (p. 64).

Pelo ato científico, procurou o autor entender a verdade, na versão empírica, em que o homem é tanto objeto quanto sujeito da ciência, o que gera um círculo que faz surgir a verdade no plano da ética (p. 171), da responsabilidade, da alteridade e da culpabilidade (p. 174-175).

Pela linguagem, Ricoeur entra no estudo da palavra, de sua operação, poder de decisão, de “fazer fazer” (p. 208), presente no ofício do historiador e no movimento civilizatório, com “função de fundação em relação a todas (*sic*) as atividades pragmáticas do homem” (p. 223).

Da filosofia e da teologia, percebemos que a busca permanece, o “confronto” é bem mais longo.

Portanto, podemos inferir que Ricoeur, em sua busca pela história e verdade, não hesitou em buscar, em outras áreas ou disciplinas, o que fosse não somente necessário para a solução das questões propostas, como também se preocupou em deixar registrada, na medida do possível, a forma como os conhecimentos e métodos estudados poderiam contribuir para o trabalho delas.

Referências

NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. In: **Educação e Transdisciplinaridade**. CETRANS/UNESCO. Disponível em

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127511por.pdf>> Acesso em 13 jun. 2017.

PAULA, Adna Candido de. Interdisciplinaridade. In: SEVERO, Cristine Gorski; PAULA, Adna Candido de. **No mundo da linguagem**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. p. 21-45.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Florence, 1968. p. 7-81, 167-292.